ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO
CENTRAL DE COMPRAS E CONTRATOS

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 63/2016

PROCESSO N.º 5176-01.00/16-5

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, por intermédio de seu PREGOEIRO, designado por ato publicado no DOAL do dia 29-01-2016, e por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – *Internet*, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, tipo MENOR PREÇO, sob a forma de EXECUÇÃO INDIRETA, em regime de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, nas condições estatuídas neste Edital e seus Anexos, em conformidade com a Lei Federal n.º 10.520/2002, com a Lei Complementar Federal n.º 123/2006, com a Lei Estadual n.º 13.191/2009, com a Lei Estadual n.º 13.706/2011, subsidiada pelas normas da Lei Federal n.º 8.666/93, da Lei Federal n.º 12.846/2013, da Lei Estadual n.º 11.389/99 e da Resolução de Plenário n.º 3.137/2015 da AL-RS.

OBJETO

Contratação de pessoa jurídica especializada para realizar a expansão do sistema de circuito fechado de TV Pelco/Endura em uso na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, através do fornecimento e instalação de câmeras de vigilância IP e discos rígidos homologados para armazenamento de imagens, conforme especificações e condições previstas neste Edital e seus Anexos.

DADOS GERAIS DA DISPUTA

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: desde o dia 08 de novembro de 2016, a partir das 09h, até as 09h29min do dia 22 de novembro de 2016.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: às 09h30min do dia 22 de novembro de 2016.

INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: às 13h30min do dia 22 de novembro de 2016.

TEMPO DE DISPUTA: 05 (CINCO) minutos do lote, acrescido do tempo aleatório determinado pelo sistema.

Obs.: para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

PORTAL DE REALIZAÇÃO DO PREGÃO: <http://www.pregaobanrisul.com.br/>

Obs.: O Edital e seus Anexos estão disponíveis na Internet, nos seguintes endereços:

<http://www.al.rs.gov.br/compras/>

<http://www.pregaobanrisul.com.br/>

1. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NESTE PREGÃO

1.1. **Poderão participar deste certame as licitantes que estiverem credenciadas junto à Seção de Cadastro da Subsecretaria da Administração Central de Licitações – CELIC** (instituída pelo Decreto Estadual n.º 49.291/2012), conforme detalhamento disposto no item 2 deste Edital.

1.2. Para participação neste Pregão Eletrônico, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico:

- a) que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta/oferta está em conformidade com as exigências deste Edital e seus Anexos; e
- b) que se enquadra como ME ou EPP – sendo que a ausência de tal declaração significará a desistência de utilizar-se das prerrogativas a elas concedidas pela Lei Complementar n.º 123/2006.

Obs.: nos casos de emissão de declaração falsa, a licitante que o fizer estará sujeita à tipificação no crime de falsidade ideológica, previsto no art. 299 do Código Penal Brasileiro, nos crimes previstos nos arts. 90 e 93 da Lei federal n.º 8.666/93, e ao art. 5º da Lei federal n.º 12.846/2013, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas neste Edital e seus Anexos.

1.3. **Não poderá participar desta licitação** pessoa jurídica enquadrada em quaisquer das hipóteses a seguir elencadas:

- a) que, direta ou indiretamente, mantenha sociedade ou participação com servidor ou dirigente da Assembleia Legislativa, considerada participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista;
- b) que não atenda às condições estabelecidas neste instrumento convocatório ou não apresente os documentos nele exigidos;
- c) cujo ramo de atividade não seja compatível com o objeto da licitação;
- d) que se encontre sob falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação;
- e) que se encontre inscrita no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CFIL/RS;
- f) que tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública.

1.4. Nos termos do art. 8º da Resolução de Mesa n.º 1.168/2013 da AL-RS, é vedado a pessoa jurídica cujo administrador, proprietário ou sócio com poder de direção seja familiar de autoridade administrativa ou de ocupante de cargo em comissão, de função gratificada ou de natureza assemelhada na Assembleia Legislativa prestar serviços ou desenvolver projetos na Casa por meio de: (a) contratos de serviço terceirizado; (b) contratos pertinentes a obras, serviços e à aquisição de bens; (c) convênios e os instrumentos equivalentes.

1.5. Não será admitida participação sob a forma de consórcio.

2. CREDENCIAMENTO E EFETIVA PARTICIPAÇÃO NO CERTAME

2.1. **É necessário o credenciamento das licitantes junto ao provedor do sistema eletrônico, como pressuposto para a participação neste Pregão, nos termos do que dispõe o art. 7º da Lei Estadual nº 13.191/2009.** O referido credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível para acesso ao sistema, obtidas junto à Seção de Cadastro da Subsecretaria da Administração Central de Licitações – CELIC, de acordo com a Instrução Normativa n.º 002/2004 daquele órgão. Mais informações sobre o procedimento de credenciamento estão disponíveis pelo fone (51) 3288-1160 e no endereço:

<http://www.pregaobanrisul.com.br/fornecedores>

Obs.: O credenciamento prévio, acima referido, não se confunde com o certificado cadastral junto à CELIC (mediante emissão do CFE), o qual é opcional, conforme o disposto no subitem 8.2 deste Edital [vale dizer: diferentemente do credenciamento prévio acima referido, o certificado cadastral (CFE) não é obrigatório para participação no presente certame].

2.2. O credenciamento e uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo à CELIC/RS, ao BANRISUL ou à AL-RS responsabilidade por eventuais danos causados por uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2.3. A perda da senha ou quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente à Seção de Cadastro da CELIC/RS, para imediato bloqueio de acesso. A nova senha deverá ser requerida junto a esse órgão.

3. PROCEDIMENTO

3.1. O presente Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio do portal eletrônico de compras “Pregão On Line Banrisul” (<http://www.pregaobanrisul.com.br/>) mediante condições de segurança – criptografia e autenticação.

3.2. O Pregoeiro, com o suporte de sua Equipe de Apoio, é o responsável por coordenar, dirigir e acompanhar o procedimento licitatório nas etapas de sua competência, tendo como atribuições:

- a) responder às consultas e impugnações que lhe forem formuladas pelos interessados, relativas ao Pregão, bem como receber, examinar e decidir sobre a admissibilidade dos recursos;
- b) receber e analisar a aceitabilidade das propostas e sua conformidade com as características mínimas exigidas neste Edital e seus Anexos;
- c) classificar e desclassificar propostas, decidindo motivadamente;
- d) conduzir os procedimentos relativos aos lances e proceder à negociação junto à licitante vencedora dessa etapa, na busca pela maior redução de preço possível, em prol da economicidade;
- e) verificar o preenchimento dos requisitos de habilitação da licitante classificada em primeiro lugar e, uma vez constatado o pleno atendimento ao disposto no edital, declarar a vencedora;

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO
CENTRAL DE COMPRAS E CONTRATOS

- f) adjudicar o objeto do certame, salvo se houver recurso, hipótese em que caberá à Superintendente Administrativa e Financeira (autoridade competente da ALRS) o ato da adjudicação;
- g) encaminhar o processo à Superintendente Administrativa e Financeira para homologação;
- h) solicitar à Superintendente Administrativa e Financeira a abertura de processo administrativo para apuração de irregularidades, visando à aplicação das penalidades previstas neste Edital e na legislação.

3.3. O Pregoeiro, no interesse público e em prol da vantajosidade, da razoabilidade e da eficiência, poderá sanar, relevar omissões ou erros puramente formais observados na documentação e na proposta, desde que não contrariem, por certo, a legislação vigente e não comprometam a lisura/legalidade/higidez da licitação, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

4. PROPOSTA DE PREÇOS

4.1. A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema, assumindo como firmes e verdadeiros sua proposta e seus lances.

4.2. A partir da publicação deste Edital no portal “Pregão On Line Banrisul” deverão ser encaminhadas as propostas de preços, **exclusivamente por meio eletrônico**.

Obs.: diante de eventuais problemas técnicos/operacionais e/ou dúvidas suscitadas relativas à plataforma eletrônica Banrisul, indica-se aos licitantes que entrem em contato com a Central de Atendimento do referido portal, pelo fone (51) 3210-3708.

4.3. A Oferta/Proposta de Preços deverá conter os seguintes requisitos:

- a) identificação da pessoa jurídica responsável pela proposta – razão social, endereço, CNPJ, telefone, e-mail –, aos moldes do Anexo II deste Edital (Modelo de Proposta de Preços);
- b) descrição do serviço, em consonância com as especificações contidas no Anexo I deste Edital;
- c) cotação com preços unitário e total de cada item, bem como com o preço global estimado do lote único, expressos em moeda nacional (Real – R\$), com, no máximo, 2 (duas) casas decimais após a vírgula;
- d) prazo de validade da proposta **não inferior** a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação;

Obs.: na falta de indicação expressa em contrário, o prazo acima referido será o considerado;

- e) data, nome e assinatura do representante legal;

4.3.1. Disponibiliza-se às licitantes o modelo de proposta constante do Anexo II, para que anexem a proposta inicial de preços. De todo modo, a oferta inicial preenchida diretamente em campo próprio do sistema também será válida e aceita, desde que contemple as informações requeridas no subitem 4.3.

4.3.2. De sua vez, **a proposta final de preços – a ser enviada pela licitante vencedora da disputa de lances – deverá obrigatoriamente ser anexada em**

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO
CENTRAL DE COMPRAS E CONTRATOS

campo próprio do sistema, no prazo determinado pelo Pregoeiro, conforme disposto no subitem 6.16 (Julgamento da Proposta Final de Preços). Deverá, ainda, conter as informações previstas no subitem 4.3 (para tal, sugere-se a utilização do Modelo de Proposta de Preços – Anexo II deste Edital) e estar assinada pelo representante legal da licitante.

Obs.1: A proposta de preços (Anexo II), bem como a declaração sobre emprego de menor (Anexo III), devem ser assinadas por representante legal com poderes para tal (caso não seja o sócio/administrador a assinar referidos documentos, deverá ser anexada procuração em que conste a delegação de poderes ao representante indicado pela licitante).

Obs.2: Solicita-se aos licitantes que já informem, na proposta de preços, seus dados bancários (nome do banco, n.º da agência e n.º da conta bancária), com vistas a agilizar o procedimento de empenho, subsequente à licitação.

4.4. A participação no presente certame, assim como o envio da proposta de preços, nos moldes acima descritos, implicam a aceitação plena - por parte das licitantes - das condições estipuladas neste Edital e seus Anexos.

4.5. O valor constante da proposta deve compreender todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal e quaisquer outros custos ou despesas que incidam ou venham a incidir direta ou indiretamente sobre o serviço e, quando for o caso, sobre o fornecimento do(s) produto(s) ofertado(s), abrangendo, assim, todos os custos necessários à execução do escopo desta licitação em perfeitas condições e de acordo com as disposições deste Edital e seus Anexos.

4.6. A indicação da razão social da licitante, o número de inscrição no CNPJ e seu endereço completo deverão ser os do estabelecimento que efetivamente irá prestar o serviço objeto deste Pregão.

5. CRITÉRIO DE JULGAMENTO E ACEITABILIDADE DE PREÇOS

5.1. No julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério **MENOR PREÇO GLOBAL DO LOTE**, observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de qualidade definidos neste Edital e seus Anexos.

5.2. Em caso de divergência entre valores numéricos e por extenso, estes prevalecerão sobre aqueles; entre preços unitário(s) e total(is), aquele(s) prevalecerá(ão) sobre este(s).

5.3. Não serão aceitas as propostas que apresentarem preços manifestamente inexequíveis, entendidos como tais os preços simbólicos, irrisórios, incompatíveis com os preços de mercado acrescidos dos respectivos encargos, ou de valor zero.

5.4. Serão desclassificadas, ainda, as propostas que não atenderem aos requisitos mínimos estabelecidos neste Edital e seus Anexos.

5.5. **Critério de aceitabilidade de preços:** para a presente licitação adota-se como critério o **valor de referência** equivalente a **RS 270.780,98** (duzentos e setenta mil, setecentos e oitenta reais e noventa e oito centavos), definido com base na determinação da Superintendente Administrativa e Financeira, conforme despacho eletrônico SEI 292903.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO
CENTRAL DE COMPRAS E CONTRATOS

5.5.1. As licitantes deverão observar o valor de referência indicado neste Edital, sob pena de o certame não ser homologado pela Superintendente Administrativa e Financeira da AL-RS (autoridade superior), caso esta entenda que o valor final alcançado restou demasiadamente oneroso, deixando de ser, por conseguinte, vantajoso a este Poder Legislativo.

5.6. Ao final da etapa de lances, se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, por não atender às exigências deste Edital, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação. Caso necessário, esse procedimento será sucessivamente repetido, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

6. SESSÃO DO PREGÃO (DESCRIÇÃO DAS FASES)

6.1. As propostas serão recebidas até o horário previsto no preâmbulo deste Edital, a partir do qual o Pregoeiro analisará a aceitabilidade de cada uma delas.

6.2. Previamente à abertura da disputa de lances, o Pregoeiro efetuará consulta ao CFIL/RS a fim de verificar se os participantes não estão impedidos de licitar e contratar com a Administração Pública estadual. Aqueles que porventura estiverem inscritos no referido cadastro serão sumariamente desclassificados.

6.3. **Fase de Disputa de Preços:** a sessão pública do Pregão Eletrônico terá início no horário previsto no preâmbulo deste Edital. Aberta a etapa competitiva, será considerada como primeiro lance a proposta inicial de menor valor recebida até então. Em seguida, os representantes das licitantes poderão encaminhar lances, **exclusivamente por meio do sistema.**

6.3.1. Caso existam duas ou mais propostas com valor idêntico, sem que haja qualquer redução de valor por parte dos fornecedores na etapa de lances, o sistema se encarregará de apontar, como mecanismo de desempate, o fornecedor que houver lançado primeiro a sua oferta no portal eletrônico.

6.4. A fixação do valor percentual ou absoluto de decréscimo entre os lances ofertados será prerrogativa do Pregoeiro.

6.5. Os lances serão dados no **valor global do objeto (lote único).**

6.6. Durante o transcurso da sessão pública, os representantes das licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais representantes.

6.7. Na fase de disputa, o fornecedor poderá ofertar lances intermediários, desde que inferiores ao seu último lance registrado.

6.8. É vedada a desistência dos lances já ofertados, sujeitando-se as licitantes às sanções previstas neste Edital, salvo nas hipóteses em que houver nítido erro de digitação, momento em que deverá ser imediatamente requisitado ao Pregoeiro, via *chat*, a anulação do valor lançado equivocadamente.

6.9. Caberá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante de inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO
CENTRAL DE COMPRAS E CONTRATOS

6.10. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances, retomando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo da validade dos atos realizados.

6.11. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos representantes, por meio de mensagem eletrônica, divulgando data e hora da reabertura da sessão.

6.12. **A etapa de lances terá a duração de 05 (cinco) minutos por lote.**

6.13. A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances emitido pelo sistema eletrônico, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo portal, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.14. **Empate Ficto:** na hipótese de licitante caracterizada como ME ou EPP, que assim se tenha declarado, em conformidade com o art. 3º da Lei Complementar n.º 123/2006, haver apresentado proposta ou lance de valor até 5% (cinco por cento) superior à de menor preço, ser-lhe-á aberto o prazo máximo de 5 (cinco) minutos, após o encerramento da etapa competitiva, para a apresentação de nova proposta de preço inferior àquela, sob pena de preclusão desse direito.

6.14.1. Não se aplica o disposto neste subitem se a proposta de menor preço tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

6.14.2. O sistema informará as licitantes que se enquadrarem na hipótese prevista neste subitem.

6.14.3. Caso a ME ou EPP decline de seu direito de preferência, considerar-se-ão convocadas, desde já, a microempresa ou empresa de pequeno porte remanescente e assim sucessivamente e, na ordem classificatória, as demais que se enquadrem no limite de até 5% (cinco por cento), para o exercício do mesmo direito.

6.14.4. Na hipótese de todas as microempresas e empresas de pequeno porte declinarem do direito de preferência, será considerada vencedora a proposta originalmente classificada em primeiro lugar durante a disputa, ou seja, a licitante não enquadrada como ME ou EPP que tenha apresentado a melhor proposta.

6.15. **Fase de Negociação:** encerrada a etapa de lances da sessão pública e estabelecida a classificação definitiva das licitantes, o Pregoeiro procederá à abertura da etapa de negociação junto à vencedora provisória, oportunidade em que fará uma investida direta com vistas à redução de valor. Nesse momento, o Pregoeiro verificará a conformidade entre a proposta de menor preço e o valor de referência indicado neste Edital.

6.15.1. Nas situações em que não se realizem lances, incumbirá ao Pregoeiro negociar diretamente com a licitante primeira colocada a fim de que seja obtido preço melhor para a Administração.

6.15.2. Se, porventura, só houver uma licitante participando do certame, a etapa de lances será prontamente encerrada pelo Pregoeiro, passando de imediato à fase de negociação acima descrita.

6.16. **Fase de Julgamento da Proposta Final de Preços:** finalizada a etapa de

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO
CENTRAL DE COMPRAS E CONTRATOS

negociação, descrita no subitem anterior, o **Pregoeiro abrirá o prazo de 30 (trinta) minutos** a fim de que a licitante vencedora anexe, em campo próprio do sistema, a sua proposta final de preços assinada pelo representante com poderes para tal, devidamente ajustada, em conformidade com valor final aceito pelo Pregoieiro.

Obs.: o prazo acima referido poderá ser prorrogado pelo Pregoieiro com vistas à eventual complementação e/ou correção de algum item em desconformidade. Igualmente, o prazo inicial poderá ser encerrado antecipadamente pelo Pregoieiro, uma vez concluído o envio eletrônico acima descrito.

6.17. **Fase de Habilitação Eletrônica:** após o encerramento das etapas descritas nos subitens anteriores, será aberta a fase de habilitação via sistema. Para tanto, **a licitante vencedora deverá proceder ao envio eletrônico (upload), no prazo de 180 (cento e oitenta) minutos, da documentação prevista no item 7 deste Edital**, nos formatos (extensões) “PDF”, “DOC”, “TXT”, “XLS”, “TIFF”, “PNG” ou “JPG”, observados os limites aceitos pela plataforma “Pregão On Line Banrisul”: 2MB (dois *megabytes*) por arquivo anexo e 10MB (dez *megabytes*) no total.

Obs.: não se faz necessária a entrega física dos documentos de habilitação, bastando o envio por meio eletrônico, nos termos acima referidos. Importante consignar que o licitante é responsável pela veracidade de toda documentação por ele encaminhada, conforme Termo de Responsabilidade firmado por seu representante legal – requisito obrigatório para fim de credenciamento das licitantes no portal “Pregão On Line Banrisul” e emissão da chave de acesso (senha) a tal sistema eletrônico.

6.18. O descumprimento ao regramento pertinente à fase de habilitação redundará na inabilitação da licitante vencedora da disputa de preços, com a consequente convocação da segunda colocada (e assim sucessivamente) para uma rodada de negociação (tal como descrito no subitem 6.15).

6.19. Caso a documentação pertinente à regularidade fiscal apresente alguma restrição, será assegurado à licitante primeira classificada (ME ou EPP) o prazo de 5 (cinco) dias úteis, para a regularização das falhas encontradas.

6.19.1. O prazo previsto neste subitem poderá ser prorrogado, por igual período, quando solicitado pela licitante, durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado, aceito como tal pelo Pregoieiro.

6.19.2. Não fará jus ao prazo previsto neste subitem a ME/EPP porte que tenha deixado de apresentar algum dos documentos relativos à Regularidade Fiscal.

6.19.3. A não-regularização da documentação referente à Regularidade Fiscal, no prazo previsto neste subitem, implicará a decadência do direito, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

6.20. Se a licitante classificada em primeiro lugar desatender às exigências para a habilitação, o Pregoieiro examinará a proposta subsequente, na ordem final de classificação, verificando a sua aceitabilidade quanto ao valor ofertado, procedendo à análise da habilitação da licitante, e assim sucessivamente, até a apuração de uma licitante que cumpra as exigências do Edital, sendo esta declarada vencedora.

7. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1. A habilitação será procedida depois de encerrada a fase competitiva e ordenadas as ofertas, com a verificação da seguinte documentação da licitante vencedora:

7.1.1. Para comprovação da Habilitação Jurídica:

- a) registro/inscrição empresarial para o empresário individual ou empresa individual de responsabilidade limitada (EIRELI);
- b) Contrato Social para as Sociedades Limitadas (Ltda.) e demais tipos de sociedades empresárias, em ambos os casos acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) admitir-se-á o Contrato Social, acompanhado de suas alterações posteriores, ou o Contrato Social consolidado, ou, então, Certidão Simplificada ou de Inteiro Teor, expedidas pelo Registro do Comércio da sede da empresa, devidamente atualizadas;
- d) registro/inscrição do Ato Constitutivo para as Sociedades Simples, acompanhada de documentação comprobatória da Diretoria em exercício.

7.1.2. Para comprovação da Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) – extraída no *link*:
http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/CNPJ/cnpjreva/Cnpjreva_Solicitacao.asp
- b) Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União – extraída no *link*:
<http://www.receita.fazenda.gov.br/Aplicacoes/ATSP0/Certidao/CNDConjuntaSegVia/NICertidaoSegVia.asp?Tipo=1>
Obs.: esta certidão conjunta comprova a regularidade para com a Seguridade Social.
- c) prova de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – Certificado de Regularidade do FGTS) – extraída no *link*:
<https://webp.caixa.gov.br/cidadao/Crf/FgeCfSCriteriosPesquisa.asp>
- d) prova de regularidade para com a Fazenda Municipal de sua sede relativamente ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS); (Certidão Geral de Débitos Tributários Municipais de Porto Alegre/RS) – extraída no *link*:
<http://siat.procempa.com.br/siat/ArrSolicitarCertidaoGeraisInternet.do>
- e) prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do artigo 29, inciso V, da Lei Federal n.º 8.666/93 (inciso V incluído pela Lei Federal n.º 12.440/ 2011) – extraída no *link*: <http://www.tst.jus.br/certidao>
- f) declaração, por escrito, de que a empresa não possui, em seu quadro de pessoal, menor de dezoito anos empregado ou associado realizando trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de dezesseis anos em qualquer trabalho,

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO
CENTRAL DE COMPRAS E CONTRATOS

salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal (ver modelo constante do Anexo III).

Obs.: a autenticidade das certidões extraídas da internet, nos sítios eletrônicos supracitados, será objeto de verificação por parte do Pregoeiro/Equipe de Apoio.

7.1.3. Para comprovação da Qualificação Econômico-Financeira:

- a) certidão negativa de falência ou recuperação judicial ou, se for o caso, certidão de recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; e
- b) Certificado de Capacidade Financeira Relativa de Licitantes emitido pela Contadoria e Auditoria-Geral do Estado (CAGE), nos termos do Decreto Estadual nº 36.601, de 10 de abril de 1996 – **as instruções para obtenção desse documento são encontradas na página da CAGE na Internet, nos seguintes endereços:**

<http://www.sisacf.sefaz.rs.gov.br/template/structural/mainstructure.aspx>

<https://www.sefaz.rs.gov.br/Site/MontaDuvidas.aspx?al=1> **sisacf faq.**

Obs.1: Recomendamos às licitantes que providenciem o certificado exigido na alínea “b” (ou a sua atualização, se a data de validade estiver expirada) o mais breve possível, pois a sua emissão não é imediata; a avaliação da capacidade financeira do licitante e a emissão subsequente do respectivo certificado por parte da CAGE/RS demandam alguns dias.

Obs.2: Eventuais dúvidas suscitadas acerca da emissão do certificado da CAGE podem ser esclarecidas por meio dos telefones (51) 3214-5215 e (51) 3214-5218, ou, ainda, pelo e-mail dcce.cage@sefaz.rs.gov.br.

7.1.4. Para comprovação da Qualificação Técnica:

- a) Registro ou prova de inscrição da pessoa jurídica licitante no CREA – Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, para atividades compatíveis com as estabelecidas neste Edital, dentro do seu prazo de validade, onde constem os seus responsáveis técnicos.
- b) Declaração formal de disponibilidade dos equipamentos, ferramental, instalações físicas apropriadas, para realização dos serviços do objeto, conforme preceitua o § 6º do art. 30 da Lei Federal n.º 8666/93.
- c) atestado de visita técnica, a ser emitido por servidor responsável do Departamento de Tecnologia da Informação (DTI) - conforme modelo “Declaração de Visita Técnica”, conforme modelo do anexo IV. A visita aos locais de instalação deverá ser realizada pelo responsável da licitante até o dia imediatamente anterior à data de realização do Pregão.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO
CENTRAL DE COMPRAS E CONTRATOS

c.1) as visitas deverão ser precedidas de agendamento junto ao Departamento de Tecnologia da Informação/Divisão de Rede e Telefonia, pelo telefone (51) 3210-2881, no horário das 08h30min às 11h30min ou das 13h30min às 18h30min.

c.2) o Departamento de Tecnologia da Informação fornecerá o respectivo atestado de visita técnica. Não serão aceitas justificativas relativas ao desconhecimento das condições do local de execução do serviço a título de obtenção de aditivos e/ou prorrogação de prazos.

d) A PROPONENTE deverá comprovar, através de carta do fabricante, que é um canal de venda autorizado Pelco.

e) atestado(s) de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, comprovando a prestação satisfatória, por parte da licitante, de serviço similar ao do objeto deste Pregão, em especial: a prestação de serviços técnicos especializados na configuração e/ou manutenção de sistema de videomonitoramento IP Pelco/Endura com, no mínimo, 40 (quarenta) câmeras; e a prestação de serviços técnicos especializados para manutenção de servidores Pelco série SM e storages Pelco série NSM. O(s) atestado(s) deverá(ão) comprovar que os serviços foram executados nos últimos 5 (cinco) anos, em virtude das constantes alterações tecnológicas. Cada atestado deverá conter os seguintes dados e informações:

e.1) detalhamento do tipo de serviço prestado, com indicação do período em que ocorreu e, se for o caso, dos quantitativos a ele referentes;

e.2) razão social, CNPJ, endereço, telefone e e-mail (se houver) da pessoa jurídica que emitiu o atestado;

e.3) data de emissão do atestado;

e.4) identificação do responsável pela emissão do atestado (nome, cargo, assinatura).

Obs.: Os atestados poderão ser objeto de diligência a fim de esclarecer quaisquer dúvidas quanto ao seu conteúdo, havendo a possibilidade de solicitação dos respectivos contratos que lhes deram origem, bem como a de visitação aos referidos locais.

7.2. A apresentação do Certificado de Fornecedor do Estado (CFE), emitido pela CELIC/RS, dispensa a apresentação dos documentos referidos no subitem 7.1.2 - **à exceção do documento exigido na alínea “f”** - e subitem 7.1.3, desde que os prazos de validade desses documentos e do próprio CFE estejam atualizados na data da sessão pública do Pregão.

7.2.1. A pessoa jurídica já cadastrada na CELIC/RS e cujo CFE contenha documento(s) com data de validade vencida poderá apresentar documento atualizado em substituição a outro, constante do CFE (vigente), cuja validade tenha expirado anteriormente à data de abertura da sessão.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO
CENTRAL DE COMPRAS E CONTRATOS

Obs.: informações sobre cadastro junto à CELIC e emissão do CFE podem ser obtidas pelo fone (51) 3288-1160 ou pelo sítio eletrônico <http://www.celic.rs.gov.br/index.php?menu=fornecedores&cod=12>

7.3. Os documentos deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil ou para ele vertidos por tradutor juramentado.

7.4. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta, ou, ainda, se contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, o Pregoeiro considerará a proponente inabilitada e deflagrará o procedimento de aplicação das sanções previstas neste instrumento convocatório.

8. RECURSOS

8.1. Finalizada a etapa de habilitação, terá início o prazo para manifestação quanto à intenção de interpor recurso, em campo próprio do portal, **por um período de 30 (trinta) minutos**, a fim de que as licitantes registrem a síntese das suas razões.

8.2. Uma vez aceita pelo Pregoeiro a intenção de recurso registrada via sistema, será aberto o prazo de 3 (três) dias para envio das razões escritas, **exclusivamente por meio eletrônico**.

8.2.1. As demais licitantes estarão desde logo intimadas a apresentar contrarrazões ao recurso em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, **exclusivamente pelo sistema eletrônico**, em campo específico destinado a esse fim.

8.2.2. As manifestações do Pregoeiro e da Superintendente Administrativa e Financeira (autoridade superior), respectivamente, em relação a recursos porventura interpostos e contrarrazões apresentadas, **dar-se-ão exclusivamente por meio eletrônico**.

8.3. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso.

8.4. Não serão conhecidos memoriais: (a) de licitante que não tenha manifestado, no prazo supracitado, a intenção de recorrer acompanhada da síntese de suas razões; (b) apresentados fora do prazo; (c) subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela licitante.

8.5. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.6. Os autos do procedimento permanecerão com vista franqueada aos interessados, na sala da Central de Compras e Contratos da Assembleia Legislativa (situada no 2º andar do Prédio Anexo ao Palácio Farroupilha).

9. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

9.1. Após o exame dos documentos de habilitação e constatado o atendimento ao disposto neste Edital, o Pregoeiro adjudicará à licitante vencedora o objeto da licitação e declarará encerrada a sessão do Pregão. Ato contínuo encaminhará o processo à Superintendente Administrativa e Financeira da AL-RS (autoridade superior) com vistas à homologação do certame.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO
CENTRAL DE COMPRAS E CONTRATOS

9.2. Na hipótese de interposição de recurso e após sua decisão, caberá à Superintendente Administrativa e Financeira a adjudicação à licitante vencedora, bem como, subsequente a esse ato, proceder à homologação do certame.

9.3. Homologada a licitação pela Superintendente Administrativa e Financeira, a licitante adjudicatária será convocada a firmar compromisso, mediante assinatura do instrumento de contrato (Anexo V), no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da notificação para tal, submetendo-se às condições e disposições nela contidas.

9.3.1. O prazo acima referido poderá ser prorrogado, a critério da AL-RS, quando solicitado durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado.

9.4. Se a licitante vencedora não cumprir o disposto neste Edital e seus Anexos, a sessão do Pregão será retomada, e as demais licitantes serão chamadas, na ordem de classificação, para fazê-lo nas condições de suas respectivas ofertas, permitida renegociação, sujeitando-se a desistente às penalidades aplicáveis.

9.5. A adjudicação será tornada sem efeito nas seguintes hipóteses:

- a) se a adjudicatária não assinar o termo de contrato, sem justificativa formalmente aceita pela Assembleia Legislativa;
- b) se houver impedimentos relativos à licitante adjudicatária, por ocasião da consulta ao CFIL/RS.

10. CONTRATO

10.1. **Todo regramento pertinente à contratação em tela está disposto no Anexo V deste Edital (Minuta de Contrato).**

10.2. O número de registro da adjudicatária no CNPJ a constar no instrumento contratual será, necessariamente, o mesmo que foi apresentado quando de sua habilitação nesta licitação. O mesmo registro deverá constar das notas fiscais/faturas emitidas, sob pena de sua recusa e consequente falta de pagamento pela AL-RS.

10.3. A assinatura do termo de contrato será precedida de nova consulta ao CFIL/RS e de consulta ao CADIN/RS. Eventual pendência do fornecedor adjudicatário junto a esses cadastros impedirá, por força de lei, a sua contratação por parte desta AL-RS.

11. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Estará sujeita à aplicação de sanções administrativas, mediante processo em que será garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, a licitante que:

- a) convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o termo de contrato;
- b) deixar de entregar a documentação exigida para o Pregão;
- c) apresentar documentação falsa;
- d) ensejar o retardamento da execução do certame;
- e) não mantiver a proposta, durante o prazo de sua validade;
- f) falhar ou fraudar na execução do objeto;
- g) comportar-se de modo inidôneo;
- h) cometer fraude fiscal.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO
CENTRAL DE COMPRAS E CONTRATOS

11.2. A recusa em assinar o contrato, considerada após transcorrido o 5º (quinto) dia útil subsequente à convocação para sua assinatura, sem a formalização de qualquer justificativa, configura desistência do fornecimento e sujeitará a adjudicatária ao pagamento de multa correspondente a 10% (dez por cento) do valor total do objeto, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis.

11.2.1. Ante a ocorrência da hipótese acima, poderá a AL-RS convocar outra licitante – respeitada a ordem final de classificação no certame – para, após comprovados os requisitos de habilitação e feita a negociação, assinar o instrumento contratual.

11.3. Pela prática das condutas descritas nesta seção, a Assembleia Legislativa poderá aplicar as seguintes sanções, garantida prévia e ampla defesa:

- a) advertência;
- b) pagamento de multa, nos termos da Minuta de Contrato (Anexo V);
- c) suspensão temporária do direito de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual pelo prazo de até 5 (cinco) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação pela autoridade competente da AL-RS.

11.4. As importâncias relativas às multas serão descontadas do pagamento porventura devido à respectiva licitante adjudicatária ou cobradas na forma prevista em lei. Ainda, as multas previstas nesta seção - as quais podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente - não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que sua conduta venha causar à Administração.

11.5. Caracterizada hipótese de aplicação de qualquer penalidade, a adjudicatária será notificada da abertura do prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentar defesa prévia, e 10 (dez) dias úteis da notificação, para o caso da declaração de inidoneidade, em conformidade com o disposto no art. 87 da Lei Federal n.º 8.666/93.

11.6. Sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e seus Anexos, e independentemente dos atos de improbidade e dos atos ilícitos prescritos nas Leis n.ºs 8.429/92 e 8.666/93 ou demais normas que tenham por objeto as licitações, estarão sujeitos às penalidades previstas na Lei Federal n.º 12.846/2013 os licitantes que incorrerem na conduta descrita no art. 5.º, inc. IV, do referido diploma.

12. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da adjudicação do objeto deste Pregão correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Assembleia Legislativa, de acordo com a seguinte classificação orçamentária:

Função 01 – LEGISLATIVA
Subfunção 0031 – AÇÃO LEGISLATIVA
Atividade 6351 – APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO
CENTRAL DE COMPRAS E CONTRATOS

**Subtítulo 007 – MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS –
INVESTIMENTO**

Elemento 4.4.90.52 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

E

Função 01 – LEGISLATIVA

Subfunção 0031 – AÇÃO LEGISLATIVA

**Atividade 6351 – APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRAESTRUTURA
DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA**

Subtítulo 003 – MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS

Elemento 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

13. GESTOR DA DEMANDA

13.1. Solicitante: Departamento de Segurança do Legislativo.

13.2. Responsável pelo Termo de Referência: Sr. Erico Mauricio Santos Rocha – Coordenador da Divisão de Rede e Telefonia/DTI.

14. ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES AO EDITAL

14.1. Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para a realização do Pregão, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar este Edital.

14.2. Decairá do direito de impugnar os termos do presente Edital aquele que não encaminhar, por escrito, o pedido até o segundo dia útil que anteceder à data de realização do Pregão, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

14.3. A impugnação feita tempestivamente não impedirá a impugnante de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

14.4. Solicitações de esclarecimentos, assim como pedidos de impugnação, deverão ser remetidos à Central de Compras e Contratos (situada no 2º andar do Prédio Anexo ao Palácio Farroupilha) preferencialmente pelo *e-mail* compras@al.rs.gov.br.

14.4.1. Ao solicitante será encaminhada resposta por escrito, via e-mail.

14.4.2. A Assembleia Legislativa dará ciência pela Internet das consultas e respostas que julgar de interesse comum, ou daquelas que ensejarem alteração de qualquer informação constante do Edital, por meio dos seguintes endereços:

<http://www.al.rs.gov.br/compras/> e

<http://www.pregaobanrisul.com.br>.

14.5. Mais informações sobre o Edital poderão ser obtidas junto à Central de Compras e Contratos/DCAP, pelo telefone (0XX51)3210-1040, no horário de expediente.

15. DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. É facultada ao Pregoeiro ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

15.2. A Superintendente Administrativa e Financeira da AL-RS poderá revogar a licitação por razões de interesse público derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado. A anulação do procedimento induz à da adjudicação.

15.2.1. As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito da adjudicatária de boa-fé ao ressarcimento pelos encargos que tiver suportado na implementação.

15.3. As licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta; a Assembleia Legislativa não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.4. As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

15.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do Pregão na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário e local aqui estabelecidos, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

15.6. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento da licitante, desde que seja possível a compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública do Pregão.

15.7. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as licitantes, sem comprometimento da segurança da futura adjudicação. Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro durante a sessão.

15.8. A AL-RS reserva-se o direito de rejeitar no todo ou em parte o serviço prestado, se constatado em desacordo com os termos do presente Edital e seus Anexos.

15.9. Aplicam-se aos casos omissos as disposições constantes das Leis Federais n^{os} 10.520/2002 e 8.666/93.

15.10. Este Edital foi aprovado pela Procuradoria da AL-RS (Promoção n.º 36.007/16) e pela Seccional da Contadoria e Auditoria Geral do Estado (CAGE-RS) junto à Assembleia Legislativa (Informação CAGE n.º 067/2016).

15.11. São partes integrantes deste Edital:

- ANEXO I – Especificações Técnicas do Objeto;
- ANEXO II – Modelo de Proposta de Preços;
- ANEXO III – Modelo de Declaração sobre Emprego de Menor;
- ANEXO IV – Modelo de Declaração de Visita Técnica.
- ANEXO V – Minuta de Contrato.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO
CENTRAL DE COMPRAS E CONTRATOS**

15.12. Fica eleito o Foro da Comarca de Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul, para discussão de eventuais litígios oriundos da presente licitação.

Porto Alegre, 08 de novembro de 2016.

Júlio César Augusto da Silva,
Pregoeiro.

ANEXO I

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 63/2016

PROCESSO Nº 5176-01.00/16-5

OBJETO

Contratação de pessoa jurídica especializada para realizar a expansão do sistema de circuito fechado de TV Pelco/Endura em uso na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, através do fornecimento e instalação de câmeras de vigilância IP e discos rígidos homologados para armazenamento de imagens, conforme especificações e condições previstas neste Edital e seus Anexos.

1. JUSTIFICATIVA

2. A seguir, excerto da justificativa constante do Termo de Referência, de responsabilidade da Divisão de Rede e Telefonia (gestor da demanda):

O atual sistema CFTV foi adquirido através do processo 3294-0100/09-4, com gestão do Departamento de Segurança do Legislativo e apoio do Departamento de Tecnologia da Informação, tendo sua implantação finalizada em novembro de 2011. Em novembro de 2014 encerrou-se o período de garantia dos equipamentos (36 meses), e a partir de 2015 o DTI iniciou colaboração com objetivo de manter o sistema em funcionamento e elaboração de novo termo de referência para suprir os quesitos preventivos e corretivos de manutenção. Desde o período inicial, 3 câmeras apresentaram defeitos e atualmente não funcionam, sem possibilidade de conserto.

Convém salientar a existência de um pequeno sistema analógico antigo de vigilância ainda em uso – na sua maioria equipamentos externos, espalhados entre as entradas e jardins do Parlamento. Este sistema tem servido apenas para a visualização de imagens na portaria do prédio principal, com frequentes falhas na gravação dos registros. Estes pontos e câmeras não foram contemplados no processo implementado em 2011, mas sua atualização torna-se cada vez mais necessária pela precariedade dos equipamentos e funcionalidades.

Dada a importância de um funcional e completo monitoramento e segurança dos servidores, visitantes e patrimônio da Assembleia Legislativa, o Departamento de Segurança do Legislativo solicita a ampliação dos pontos de vigilância, através da aquisição de câmeras adicionais para ambientes internos e externos da Casa, desde portarias a acessos externos de pedestres e veículos.

Dessa forma, a expansão objeto deste Edital visa substituir o sistema analógico supra citado e contemplar a demanda do Departamento de Segurança por ampliação dos pontos de vigilância. A expansão do sistema também exige que o storage utilizado para armazenamento das imagens sofra um aumento de

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO
CENTRAL DE COMPRAS E CONTRATOS

capacidade, já que a quantidade de câmeras gerando imagens irá aumentar (serão adicionados 21 equipamentos) e a solicitação do Departamento de Segurança é que esse armazenamento se aproxime de 60 dias.

Justifica-se a escolha de equipamentos da marca Pelco pela manutenção do sistema de videomonitoramento Pelco/Endura já em operação, garantindo a perfeita compatibilidade e integração com o sistema gerenciador e com o parque de câmeras distribuído pelas dependências do Parlamento. A adoção de solução de outro fabricante permitiria que as câmeras adicionais, cuja aquisição está sendo solicitada, fossem de outra marca, mas exigiria que a solução de monitoramento (sistema, estações gerenciadoras, storage de armazenamento, joystick,..) fosse totalmente substituída. Quando os orçamentos refletindo a manutenção do sistema ou a aquisição de um novo foram comparados, não apresentaram vantagem econômica. Além do benefício econômico não comprovado, considera-se ainda a robustez do atual sistema (com permissão de expansão superior aos demais), a confiabilidade (desde 2014, apenas 3 câmeras apresentaram problemas e precisou de manutenção corretiva uma única vez) e o aspecto da equipe do Departamento de Segurança ter recebido treinamento na operação do sistema (conhecimento adquirido pela equipe).

3. ESPECIFICAÇÕES RELATIVAS À EXECUÇÃO DO SERVIÇO

A prestação de serviço objeto da futura contratação consiste na expansão do sistema de circuito fechado de TV Pelco/Endura em uso na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, através do fornecimento e instalação de câmeras de vigilância IP e discos rígidos homologados para armazenamento de imagens, conforme condições estabelecidas neste Edital.

3.1 CARACTERÍSTICAS DO PROJETO

O projeto consiste na aquisição e instalação de novos equipamentos para o sistema de CFTV da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Ao parque de 80 câmeras de vigilância em uso devem-se somar outros 23 equipamentos – que substituirão antigas câmeras analógicas, além de prover pequena expansão para pontos ainda não monitorados pela equipe de segurança. Deste total, 2 câmeras serão mantidas como reserva técnica. Em relação ao armazenamento de imagens, os atuais 12 discos de 2TB em uso no equipamento storage devem ser substituídos por novos discos de 3TB, homologados pelo fabricante do equipamento.

Compõe o objeto deste projeto:

- a) Elaboração de projeto executivo para o monitoramento das áreas e locais contemplados para a instalação das câmeras;
- b) Fornecimento do projeto as-built de CFTV em formato digital;
- c) Fornecimento de 23 câmeras IP;
- d) Configuração e instalação de 21 câmeras IP, incluindo a infraestrutura física e de cabeamento necessária;

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO
CENTRAL DE COMPRAS E CONTRATOS

- e) Fornecimento, configuração e instalação de 12 discos rígidos no equipamento storage;
- f) Fornecimento de todos os insumos tecnológicos de hardware;
- g) Fornecimento de equipe técnica necessária à realização de serviços de configuração e start-up dos equipamentos de informática e softwares necessários ao processamento de imagens coletadas pelas câmeras de monitoramento;
- h) Montagem e funcionamento da solução proposta;
- i) Fixação, configuração e ativação das câmeras, nos locais pré-definidos no projeto executivo
- j) Configuração do sistema de monitoramento para aprimoramento no registro das imagens, possibilitando otimização na ocupação do storage;

É permitida a subcontratação dos serviços de infraestrutura física e de cabeamento necessárias para a instalação das 21 câmeras IP.

3.2 VISTORIA TÉCNICA

Durante o prazo de elaboração de propostas, ficarão disponíveis os locais onde serão executados os serviços para realização de vistorias técnicas agendadas, para fins de conhecimento dos locais e do ambiente, da natureza, da área e das condições de sua execução e do CFTV da Assembleia Legislativa do RS.

As vistorias técnicas serão agendadas junto ao Departamento de Segurança da Assembleia Legislativa do RS, no horário das 10h às 12h e das 15h às 18h, por meio do telefone: (51) 3210-2930.

Todos os custos diretos e/ou indiretos para realização de visita técnica são de inteira responsabilidade da proponente.

3.3 DESCRIÇÃO SISTEMA INSTALADO

O sistema de CFTV Pelco/Endura em uso na Assembleia Legislativa é composto pelos seguintes componentes:

Quant.	Descrição
76	Câmera Mini Dome IP Fixo day & night 1,3 megapixels, lente varifocal 2,8 a 10mm IM10C10-1;
02	Câmera Mini Dome IP Fixo daynight 1,3 megapixels, lente varifocal 2,8 a 10mm com housing para uso externo IP66 modelo IX10DN + 13M2.8-12 + EH1512MT;
01	Câmera Speed Dome IP 22x de zoom óptico + 10x digital modelo SD4E23-F1;
01	Câmera Speed Dome IP 27x de zoom óptico + 10x digital modelo SD4E27-PG-E1;
01	Sistema de gerenciamento de imagens modelo SM5000;
01	Storage Pelco com 24TB modelo NSM5200-24-US;
03	Software cliente para estação de trabalho modelo WS5200-1;

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO
CENTRAL DE COMPRAS E CONTRATOS**

02	Joysticks para controle de câmeras modelo KBD 5000;
01	Licença de mapa gráfico;
01	Hardware decodificador de vídeo;
02	Switch 48 portas POE Cisco WS-C2960-48PST-L;
01	Switch 8 portas Cisco WS-2960G-8TC-L;
02	Monitor LCD 42";
02	Workstation.

3.4 LOCAL ESTIMADO PARA INSTALAÇÃO DAS NOVAS CÂMERAS IP

A tabela abaixo lista os locais estimados para a instalação das câmeras fornecidas neste processo – incluindo a substituição dos equipamentos analógicos e a expansão para novos pontos de vigilância. A CONTRATADA será responsável por toda a estrutura física e cabeamento necessários para o funcionamento dos equipamentos, sendo que os pontos de interligação com equipamentos de rede serão os indicados pela CONTRATANTE.

Item	Tipo	Localização
01	C	Calçada do Prédio Anexo: externa (expansão) filmando a fachada do Solar dos Câmara e divisa.
02	A	Estacionamento do Prédio Anexo: externa (substituição analógica) filmando o estacionamento.
03	B	Portaria do Prédio Anexo: interna (expansão) filmando a porta de entrada do estacionamento.
04	B	Subsolo do Prédio Anexo: interna (substituição analógica) filmando a porta de entrada do jardim.
05	A	Subsolo do Prédio Anexo: externa (expansão) acima porta Coordenadoria da Bancada do Partido Rede, filmando corredor até o prédio principal.
06	A	Portaria da Rua Riachuelo: externa (substituição analógica) filmando o estacionamento (já existe câmera no local, ligada por fibra óptica e conversor de mídia, necessário <i>switch</i> ou outra solução).
07	A	Topo da escadaria da Rua Riachuelo: externa (substituição analógica), no corredor para o Palácio Farroupilha, filmando a escadaria abaixo.
08	A	Jardim do Solar dos Câmara: externa (substituição analógica) filmando o jardim, escada e entrada do Solar dos Câmara.
09	A	Jardim do Solar dos Câmara: externa (expansão) filmando a saída de emergência do Palácio Farroupilha.
10	A	Portão externo do Solar dos Câmara: externa (expansão) filmando divisa entre o Solar dos Câmara e o Palácio Farroupilha.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO
CENTRAL DE COMPRAS E CONTRATOS**

11	A	Portão externo do Solar dos Câmara: externa (substituição analógica) filmando divisa com a Rua Duque de Caxias.
12	C	Cancela de saída do estacionamento do Palácio Farroupilha: PTZ externa (substituição analógica), em poste a ser instalado, piso concreto, LAN disponível mas apenas 1 cabo UTP já em uso.
13	A	Rampa de acesso ao estacionamento do Palácio Farroupilha: externa (substituição analógica) filmando a rampa de acesso à garagem.
14	D	Teatro Dante Barone: PTZ interna (expansão), lateral do teatro.
15	E	Plenário: 360 graus interna (expansão), presa ao teto do plenário.
16	B	Espaço de Convergência: interna (expansão) filmando a mesa de reuniões.
17	B	Garagem do Palácio Farroupilha: interna (substituição analógica).
18	B	Garagem do Palácio Farroupilha: interna (substituição analógica).
19	B	Interna para substituição de defeituosa
20	B	Interna para substituição de defeituosa.
21	B	Interna para substituição de defeituosa.
22	B	Interna para reserva técnica.
23	B	Interna para reserva técnica.

3.5 ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DAS CÂMERAS IP

Todos as câmeras fornecidas devem ser novas e em linha de produção – não serão aceitos produtos descontinuados pelo fabricante.

Tipo A: câmeras fixas externas antivandalismo

- Câmera antivandalismo para instalação em ambiente externo (certificada IP66 + IK10) sem o uso de caixas de proteção;
- Tecnologia “dia e noite” (“day&night”);
- Integrada ao sistema de gerenciamento Pelco/Endura;
- Sensor CMOS com resolução mínima de 1MP;
- Lente fixa angular de 2,8mm;
- Possuir alimentação PoE;
- Possuir modos de compressão MPEG4 e H.264 (HighProfile ou Baseline);
- Deverá suportar os protocolos de comunicação TCP/IP, UDP/IP (Multicast IGMP), UpnP, DNS, RTP, RTSP, NTP, IPv4, IPV6, SNMP, HTTP, HTTPS, SSH, SMTP, FTP;
- Configuração de endereço de rede via DHCP;
- Analíticos de movimento e sabotagem;

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO
CENTRAL DE COMPRAS E CONTRATOS**

- Conformidade com padrões ONVIF S e G;
- Possuir recurso de compensação de luz de fundo (WDR)
- Sensibilidade mínima de 0,02 lux com imagem colorida;
- Suporte a armazenamento local de imagens em cartão SD;
- Deve possuir no mínimo dois streams de vídeo configuráveis.

Tipo B: câmeras internas

- Caixa de proteção no formato microdome, podendo ser instalada em teto ou diretamente no forro sem necessidade de suportes adicionais;
- Tecnologia “dia e noite” (“day&night”);
- Integrada ao sistema de gerenciamento Pelco/Endura;
- Sensor CMOS com resolução mínima de 1MP;
- Lente fixa angular de 2,8mm;
- Possuir alimentação PoE;
- Possuir modos de compressão MPEG4 e H.264 (HighProfile ou Baseline);
- Deverá suportar os protocolos de comunicação TCP/IP, UDP/IP (Multicast IGMP), UpnP, DNS, RTP, RTSP, NTP, IPv4, IPV6, SNMP, HTTP, HTTPS, SSH, SMTP, FTP;
- Configuração de endereço de rede via DHCP;
- Analíticos de movimento e sabotagem;
- Conformidade com padrões ONVIF S e G;
- Possuir recurso de compensação de luz de fundo (WDR)
- Sensibilidade mínima de 0,02 lux com imagem colorida;
- Suporte a armazenamento local de imagens em cartão SD;
- Deve possuir no mínimo dois streams de vídeo configuráveis.

Tipo C: Câmera Móvel externa IP (PTZ) com zoom óptico 27x ou superior

- Tecnologia “dia e noite” (“day&night”);
- Integrada ao sistema de gerenciamento Pelco/Endura;
- A câmera móvel deverá ser modular, ou seja, composta por um back box, um dome drive e um dome inferior, podendo intercambiar os módulos, simplificando o aperfeiçoamento e os ajustes no aplicativo;
- Possuir caixa de proteção do tipo Pendant para uso externo;
- Deve conter certificado IP66 para instalação em ambiente externo e vir acompanhada de suporte para fixação em poste;
- Dispor de memória na caixa de proteção de modo que toda a programação seja armazenada na mesma, e na colocação de um novo dome drive o mesmo receba um download das informações armazenadas previamente;

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO
CENTRAL DE COMPRAS E CONTRATOS

- Sensor de imagem CCD 1/4" 768(H)x494(V) Exview HAD;
- Lente de 3.4 – 91.8 mm ou superior com zoom óptico de 27x ou superior; com zoom digital de 12x ou superior;
- Foco e íris automáticos;
- Controle de ganho automático com limite ajustável;
- Correção da abertura horizontal e vertical;
- Sensibilidade mínima de 0,7 lux no modo colorido e 0,0002 lux no modo monocromático a 35IRE;
- Relação de sinal/ruído > 50dB;
- Pan de 360° contínuo;
- Velocidade de tilt de 200°/segundo;
- Velocidade de pan de 360°/segundo;
- Possuir bússola indicativa na tela de posicionamento em graus da localização da câmera;
- Programação de pelo menos 150 presets, utilizando a função freeze frame entre os mesmos, de modo que a imagem “pule”, ou seja, desapareça e reapareça no local novo para evitar acúmulo de banda adicional na movimentação;
- Programação de no mínimo 1 (uma) ronda configurável;
- Uma entrada de alarme e uma saída;
- Deve possuir no mínimo dois streams de vídeo configuráveis, gerando 4CIF a 30 ips cada um;
- Possuir modos de compressão MPEG4 e H.264 (HighProfile ou Baseline);
- Deverá suportar os protocolos de comunicação TCP/IP, UDP/IP (Multicast IGMP), UpnP, DNS, DHCP, RTP, RTSP, NTP, IPv4, SNMP, HTTP, HTTPS, SSH, SMTP, FTP;

Tipo D: Câmera Móvel interna IP (PTZ) com zoom óptico 22x ou superior

- Tecnologia “dia e noite” (“day&night”);
- Totalmente integrada ao sistema de gerenciamento Pelco/Endura;
- Saída de vídeo de rede;
- Sensibilidade mínima de 0,65 lux no modo colorido e 0,15 lux no modo monocromático, considerando shutter desligado (1/60seg) e 35IRE;
- Dispor de memória na caixa de proteção de modo que toda a programação seja armazenada na mesma, e na colocação de um novo dome drive o mesmo receba um download das informações armazenadas previamente;
- Sensor de imagem CCD 1/4" 768(H)x494(V) Exview HAD;
- Lente de 3.6 – 82.8 mm ou superior com zoom óptico de 22x ou superior; com zoom digital de 10x ou superior;
- Foco e íris automáticos;
- Controle de ganho automático com limite ajustável;

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO
CENTRAL DE COMPRAS E CONTRATOS

- Relação de sinal/ruído > 50dB;
- Pan de 360° contínuo;
- Velocidade de tilt de 200°/segundo;
- Velocidade de pan de 360°/segundo;
- Programação de pelo menos 64 presets, utilizando a função freeze frame entre os mesmos, de modo que a imagem “pule”, ou seja, desapareça e reapareça no local novo para evitar acúmulo de banda adicional na movimentação;
- Programação de no mínimo 1 (uma) ronda configurável;
- Uma entrada de alarme e uma saída;
- Deve possuir função de Resume After Alarm, que permite que o dome retorne uma posição programável após o reconhecimento do alarme ou a sua posição anterior ao mesmo;
- Deve possuir no mínimo dois streams de vídeo configuráveis, gerando 4CIF a 30 ips cada um;
- Possuir modos de compressão MPEG4 e H.264 (HighProfile ou Baseline);
- Deverá suportar os protocolos de comunicação TCP/IP, UDP/IP (Multicast IGMP), UpnP, DNS, DHCP, RTP, RTSP, NTP, IPv4, SNMP, HTTP, HTTPS, SSH, SMTP, FTP;

Tipo E: Panorâmica 360°

- Visualização panorâmica 360° sem pontos cegos;
- Permitir visualização de imagens sem distorção tanto ao vivo como gravadas;
- Possuir alimentação PoE;
- Integrada ao sistema de gerenciamento Pelco/Endura;
- Saída de vídeo de rede;
- Possuir sensor de imagem CMOS ou CCD ou MOS, resolução mínima de 5 MegaPixel;
- Sensibilidade mínima de 0,2 lux no modo colorido;
- Possuir modos de compressão MPEG4 e H.264 (HighProfile ou Baseline);
- Deverá suportar os protocolos de comunicação TCP/IP, UDP/IP (Multicast IGMP), UpnP, DNS, DHCP, RTP, RTSP, NTP, IPv4, SNMP, HTTP, HTTPS, SSH, SMTP, FTP;

3.6 ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DOS DISCOS RÍGIDOS

Todos os discos fornecidos devem ser do mesmo fabricante e modelo e devem ser novos e em linha de produção – não serão aceitos produtos descontinuados pelo fabricante.

- Capacidade de 3 (três) terabytes;

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO
CENTRAL DE COMPRAS E CONTRATOS

- Constar na lista de equipamentos homologados (HCL) do fabricante do *storage* atualmente utilizado – Pelco NSM 5200.

4. CONDIÇÕES RELATIVAS À PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

4.1. Todas obrigações e condições relativas à contratação objeto deste Pregão estão expressas nas cláusulas da Minuta de Contrato (Anexo V).

5. INFORMAÇÕES TÉCNICAS ADICIONAIS

Os interessados poderão obter mais informações sobre as especificações técnicas do objeto deste Pregão junto à Divisão de Rede e Telefonia/DL, pelo telefone (0XX51) 3210-2881, ou, ainda, pelo *e-mail*: dti.redecoord@al.rs.gov.br.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO
CENTRAL DE COMPRAS E CONTRATOS

ANEXO II

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 63/2016

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Razão Social da Pessoa Jurídica:

CNPJ: Telefone(s):

Endereço: E-mail:

Para uso da ALRS			Para uso do fornecedor		
Item	Objeto	Quant.	Marca/Modelo	Custo Unitário (R\$)	Custo Total (R\$)
1	Projeto executivo	01 un.	-		
2	Projeto as-built	01 un.	-		
3	Câmera tipo A	08 un.			
4	Câmera tipo B	10 un.			
5	Câmera tipo C	02 un.			
6	Câmera tipo D	01 un.			
7	Câmera tipo E	01 un.			
8	HDs 3TB para Pelco NSM 5200	12 un.	-		
9	Instalação e configuração das câmeras	21 un.	-		
10	Instalação e configuração dos HDs	01 un.	-		
Custo global do lote (R\$)					

Obs.1: As licitantes deverão observar, quando da elaboração de suas respectivas propostas de preços, o **valor de referência** indicado neste Edital, sob pena de não homologação do certame.

Obs.3: Obrigatoriamente, na proposta ou em anexo, deverão constar a marca, modelo e fabricante do equipamento ofertado.

Obs.4: A proposta deverá conter a indicação do prazo de garantia do equipamento contratado com o fabricante, sem qualquer custo adicional.

Obs.5: No preço proposto já devem estar incluídos (contabilizados) os custos relativos aos produtos (se houver) e à mão de obra empregada na execução do serviço.

Prazo de garantia dos equipamento: 60 meses.

Prazo de validade da proposta: (mínimo: 60 dias).

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO
CENTRAL DE COMPRAS E CONTRATOS

Data: [Dia] de [Mês] de 2016.

Dados Bancários:

Nome e assinatura do representante legal:

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO
CENTRAL DE COMPRAS E CONTRATOS

ANEXO III

DECLARAÇÃO SOBRE EMPREGO DE MENOR (MODELO)

....., inscrito no CNPJ sob o nº,
por intermédio de seu representante legal,
portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº,
DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93, referente
ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que
não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre,
nem menor de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho.

(_____) salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos.

.....
(Local e Data)

.....
(Assinatura do Representante Legal)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO
CENTRAL DE COMPRAS E CONTRATOS

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA

Modalidade de Licitação: _____

Número: _____

Declaramos que a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, estabelecida na cidade de _____, no endereço _____, telefone nº _____, por meio de seu representante legal _____, portador da carteira de identidade nº _____, CPF nº _____, para fins de participação na licitação, visitou, nesta data, as instalações da Assembleia Legislativa do RS visando obter subsídios para elaboração de sua proposta comercial para o pregão eletrônico em questão.

Nome: _____

Matrícula: _____

Assinatura: _____

Local: _____ Data: ____/____/____.

Declaramos que tomamos conhecimento dos aspectos técnicos e das condições para a execução dos serviços, estando satisfeitos com as informações e esclarecimentos obtidos durante a visita e, plenamente capacitados a elaborar a proposta para a licitação em tela, de modo a não incorrer em omissões que jamais poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de inclusão de serviços ou acréscimo de preços.

Por ser verdade, firmamos o presente.

Nome: _____

Assinatura: _____

Local: _____ Data: ____/____/____.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO
CENTRAL DE COMPRAS E CONTRATOS

ANEXO V

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO N.º _____/2016

Contrato celebrado entre a Assembleia
Legislativa do Estado do Rio Grande do
Sul e a

(Processo n.º 5176-0100/16-5)

A Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, denominada CONTRATANTE, com sede na Praça Marechal Deodoro número 101, Centro Histórico, em Porto Alegre – RS, inscrita no CNPJ n.º 88.243.688/0001-81, por sua Superintendente Administrativa e Financeira, Fernanda Schnorr Paglioli, e a _____, denominada CONTRATADA, com sede na _____, inscrita no CNPJ n.º _____, representada por _____, celebraram o presente Contrato, na forma de execução indireta, em regime de empreitada por preço global, em conformidade com a Lei Federal n.º 8.666/1993, a Lei Estadual n.º 13.191/2009, o Edital de Pregão Eletrônico n.º ____/2016, e a proposta vencedora a que se vincula, pelas cláusulas e condições a seguir expressas:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA – O objeto do Contrato é a expansão do sistema de videomonitoramento em circuito fechado de TV *Pelco/Endura*, em uso nas dependências da CONTRATANTE, através do fornecimento e instalação de câmeras de vigilância IP e discos rígidos adicionais homologados para armazenamento de imagens, consoante as condições estabelecidas neste documento.

Parágrafo primeiro – A quantidade de que trata o objeto contratual pode ser alterada pela CONTRATANTE, para mais ou para menos, até o limite de 25% do valor deste Contrato, conforme o § 1.º do art. 65 da Lei Federal n.º 8.666/93.

Parágrafo segundo – Fica estabelecida a possibilidade de a CONTRATADA subcontratar os serviços de infraestrutura física e de cabeamento.

Parágrafo terceiro – No caso de subcontratação dos serviços de infraestrutura física e de cabeamento, necessários para a instalação das 21 (vinte e uma) câmeras IP, somado ao projeto executivo, a CONTRATADA deve apresentar o contrato

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO
CENTRAL DE COMPRAS E CONTRATOS

de prestação de serviço com a subcontratada agregado à sua regularidade jurídica e fiscal, observando-se as condições estabelecidas no presente instrumento.

Parágrafo quarto – A subcontratação dos serviços de infraestrutura física e de cabeamento não exime a CONTRATADA da responsabilidade pela execução dos serviços, nem de eventuais penalidades e sanções por inadimplemento.

DO GESTOR

CLÁUSULA SEGUNDA – O gestor do presente Contrato é o Coordenador da Divisão de Redes e Telecomunicações, do Departamento de Tecnologia da Informação da CONTRATANTE, denominado unicamente GESTOR.

Parágrafo único – A Superintendente Administrativa e Financeira da CONTRATANTE designará uma comissão de recebimento, composta por servidores do Departamento de Tecnologia da Informação, do Departamento de Segurança do Legislativo e do Departamento de Logística, junto com o GESTOR, para efeito de definir os pontos de instalação das câmeras, verificar a qualidade dos produtos fornecidos e instalados e emitir o aceite definitivo do objeto deste Contrato.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

CLÁUSULA TERCEIRA – A CONTRATADA obriga-se a:

- a) apresentar, anteriormente ao início da execução do Contrato, projeto executivo para o monitoramento das áreas e locais previamente escolhidos;
- b) fazer a instalação de todos os produtos que compõem o sistema contratado, incluindo a montagem, interligação, configuração, ativação e integração;
- c) fazer constar no projeto executivo a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do projeto e da execução, o cronograma de execução dos trabalhos, o diagrama unifilar de todo o sistema em escala, a planilha do controle de qualidade de cada equipamento e cabeamento instalado;
- d) atender às normas das áreas de segurança e combate a incêndio da CONTRATANTE, providenciando os equipamentos e dispositivos de segurança;
- e) apresentar à CONTRATANTE a programação de todas as atividades geradoras de ruídos, poeira, odores, obstrução em corredores e passagens, demolições e remoções, transporte vertical ou horizontal de materiais e entulhos etc.;
- f) comprovar o registro ou a inscrição no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) na área respectiva, relativa ao exercício corrente;
- g) apresentar, sem ônus para a CONTRATANTE, até a data de início do serviço, a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART/CREA);
- h) fornecer toda mão de obra qualificada e especializada e todos os equipamentos, aparelhos e ferramentas necessários à execução e conclusão da obra;

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO
CENTRAL DE COMPRAS E CONTRATOS

i) fornecer à CONTRATANTE, até **2 (dois) dias úteis** antes do início da prestação dos serviços, a relação dos funcionários e prestadores, acompanhada, respectivamente, de cópia legível e autenticada da ficha de registro de empregado ou outro comprovante de vínculo empregatício, Registro Geral (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF), Atestado de Saúde Ocupacional e comprovante de endereço, comprovando os mesmos terem realizado treinamento, conforme NR-10;

j) formalizar junto à CONTRATANTE a eventual necessidade de substituição de prestadores, providenciando sua reposição em até **2 (dois) dias úteis**;

k) providenciar para que seus funcionários e prestadores estejam trajados com uniformes completos, contendo a identificação da empresa, portando crachá contendo o nome, RG, profissão e cargo/função, utilizando obrigatoriamente os EPIs e os EPCs, e circulando apenas nas áreas autorizadas pela CONTRATANTE;

l) acompanhar, supervisionar e coordenar a execução dos serviços pelo responsável técnico, no horário de expediente da CONTRATANTE, de segunda a sexta, das 8h30min às 18h30min, e quando houver necessidade, fora do expediente;

m) responder e tomar as medidas cogentes ao atendimento dos funcionários ou técnicos acidentados ou que apresentem problemas súbitos de saúde;

n) zelar para que o corte de materiais metálicos seja executado à distância segura de equipamentos sensíveis a partículas, raspas ou limalhas condutoras, como dispositivos elétricos e equipamentos de informática e comunicação;

o) manter a limpeza das dependências da CONTRATANTE durante a prestação do serviço, zelando pela vedação e proteção da área, e entregar limpo o local, suas adjacências e as vias utilizadas para trânsito, providenciando na retirada de entulho e materiais remanescentes para áreas externas do edifício, em locais permitidos pela legislação municipal e protegidos em embalagens apropriadas;

p) recuperar pinturas, gessos, vidros, aberturas, alvenarias, pisos, calçadas, pavimentos e quaisquer outros materiais afetados pelo trabalho contratado;

q) entregar, ao fim da obra, todo conjunto de plantas e documentos, e um CD/DVD, com o detalhamento do projeto em arquivo *Autocad*, formato *.DWG*;

r) prestar ou garantir que todos os serviços de infraestrutura física, de cabeamento e de garantia sejam prestados de forma satisfatória, como contratado;

s) cumprir os prazos de entrega e prestação de serviços de garantia;

t) assegurar a compatibilidade de funcionamento entre si para todos os equipamentos e sistemas fornecidos.

Parágrafo primeiro – A CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer obrigação assumida pela CONTRATADA com terceiros, não obstante vinculados à execução do presente Contrato.

Parágrafo segundo – Qualquer omissão ou tolerância das partes, no tocante às prerrogativas que este Contrato lhes confere, não constituirá novação ou renúncia e não afetará o direito de fazê-las valer.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO
CENTRAL DE COMPRAS E CONTRATOS

CLÁUSULA QUARTA – Além das obrigações já estabelecidas na cláusula terceira, a CONTRATADA obriga-se, também, a:

- a) executar fielmente o presente Contrato, conforme suas cláusulas;
- b) manter, durante toda execução do presente Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação técnicas exigidas por ocasião da licitação;
- c) indicar um profissional de seu quadro com poderes de representante ou preposto para tratar, ajustar e providenciar com e para a CONTRATANTE, e responder pelos serviços quanto à qualidade, prazos e alterações, informando nome, endereço e telefones de contato ao gestor do Contrato;
- d) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do presente Contrato, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;
- e) responsabilizar-se pelos danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização do serviço pela CONTRATANTE;
- f) apresentar, durante a execução do Contrato, se solicitados, documentos que provem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas, em especial, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais;
- g) informar à fiscalização da CONTRATANTE, por escrito, quaisquer condições inadequadas à execução dos serviços contratados ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do presente Contrato;
- h) prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, cujas solicitações se sujeita a atender imediatamente;
- i) não negociar em operação com empresa de fomento mercantil títulos ou créditos que casualmente tenha com a CONTRATANTE;
- j) não usar o presente Contrato para prestar caução ou fazer quaisquer operações financeiras sem expressa anuência da CONTRATANTE.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

CLÁUSULA QUINTA – A CONTRATANTE obriga-se a:

- a) acompanhar e fiscalizar, através do GESTOR, a execução dos serviços contratados, podendo, em razão de falhas porventura observadas, notificar a CONTRATADA relativamente a qualquer irregularidade encontrada na execução dos serviços, solicitando providências para as correções necessárias;
- b) disponibilizar local para estocagem de equipamentos e ferramentas;
- c) exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização de todas as obrigações e fases de execução dos serviços por parte da CONTRATADA, registrando no processo todas as ocorrências relacionadas com a execução contratual, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO
CENTRAL DE COMPRAS E CONTRATOS

d) paralisar, a qualquer momento, as atividades geradoras de ruídos e/ou odores durante o expediente, e diante da constatação de defeito ou vício do produto e/ou do serviço, ou desvio de conduta dos funcionários da CONTRATADA;

e) permitir o acesso irrestrito do pessoal credenciado pela CONTRATADA às suas dependências com vistas à prestação dos serviços ajustados.

Parágrafo primeiro – Qualquer fiscalização exercida pela CONTRATANTE será feita em seu exclusivo interesse, não implicando corresponsabilidade pela execução das atividades ajustadas e não eximindo a CONTRATADA de suas obrigações pela fiscalização e perfeita execução do serviço.

Parágrafo segundo – No exercício da fiscalização, o GESTOR tem o direito de verificar a qualidade dos serviços e, se constatado que não estão sendo executados corretamente, deve exigir a correção pelos prepostos da CONTRATADA.

Parágrafo terceiro – Constatado defeito essencial no serviço executado, a CONTRATADA deve ser notificada pela CONTRATANTE, por escrito, para que, em **48 (quarenta e oito) horas** da entrega da notificação, atenda ao pedido ou justifique o seu não atendimento, sob pena de incorrer nas sanções deste Contrato.

DO RECEBIMENTO

CLÁUSULA SEXTA – A CONTRATADA deve confeccionar e entregar o projeto executivo para o monitoramento das áreas e locais contemplados para a instalação das câmeras no prazo de até **10 (dez) dias úteis**, contados da data de publicação da súmula deste Contrato no Diário Oficial da Assembleia Legislativa.

Parágrafo primeiro – Posteriormente à entrega do projeto executivo, a CONTRATANTE tem o prazo de **5 (cinco) dias úteis** para a emissão do aceite respectivo. Caso o projeto não seja aceito, a CONTRATADA tem novo prazo de **5 (cinco) dias úteis** para a correção dos itens assinalados pela CONTRATANTE.

Parágrafo segundo – A CONTRATADA deve realizar a entrega, instalação e configuração completa do sistema em um prazo de, no máximo, **45 (quarenta e cinco) dias corridos**, contados a partir do aceite do projeto executivo.

Parágrafo terceiro – Exclusivamente serão aceitas alterações de marca e/ou modelo dos componentes/acessórios propostos se possuírem qualidade e características técnicas idênticas ou superiores às apresentadas na proposta vencedora.

Parágrafo quarto – O objeto contratado deve ser recebido pela comissão de recebimento, citada no parágrafo único da cláusula segunda, desta forma:

a) provisoriamente, no momento da entrega, para a identificação e a conferência do objeto, com ênfase na quantidade e integridade física das embalagens;

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO
CENTRAL DE COMPRAS E CONTRATOS

b) definitivamente, no prazo de até **10 (dez) dias corridos** da instalação e configuração de todas as câmeras, após a verificação da conformidade dos materiais e as instalações corretas deve ser emitido aceite por parte da comissão.

Parágrafo quinto – Constitui também condição para a formalização do recebimento definitivo a entrega do projeto *as-built* de CFTV, em formato digital.

Parágrafo sexto – Na hipótese de serem detectadas imperfeições nas instalações realizadas ou problemas de funcionamento dos sistemas contratados, a CONTRATADA tem o prazo máximo de **10 (dez) dias corridos** para sua correção.

DA GARANTIA E DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA

CLÁUSULA SÉTIMA – Os equipamentos devem ter um período mínimo de **60 (sessenta) meses** de garantia, a contar do aceite definitivo do objeto, durante o qual devem ser reparadas, reconstruídas, substituídas ou removidas quaisquer partes ou equipamentos defeituosos, sem ônus para a CONTRATANTE.

Parágrafo primeiro – A CONTRATADA é responsável pela garantia dos produtos ofertados pelo período contratual independente da omissão do fabricante.

Parágrafo segundo – A garantia abrange todo e qualquer defeito de fabricação e desempenho dos equipamentos em condições normais de utilização.

Parágrafo terceiro – Quando necessária a execução dos serviços de assistência técnica, a CONTRATANTE não arcará com qualquer despesa relativa à troca de peças, mão de obra, transportes, seguros, diárias ou hospedagens.

Parágrafo quarto – A garantia não cobre reparos, consertos ou substituições resultantes de conexões irregulares, acidentes, negligência, dolo, imperícia ou mau uso por parte de técnicos, empregados e prepostos da CONTRATANTE, bem como os causados por força da natureza e atos de terceiros, ressalvados os casos provocados por técnicos ou empregados da empresa credenciada, caso em que a CONTRATADA deve apresentar laudo e proposta com a descrição e valores dos serviços a serem executados e/ou peças a serem substituídas.

Parágrafo quinto – O serviço de assistência técnica será solicitado por chamado efetuado por servidores da CONTRATANTE, via telefone ou *e-mail*, das 8h30min às 18h30min, em qualquer dia, inclusive sábados, domingos e feriados.

Parágrafo sexto – Os chamados técnicos para reparos ou substituições de equipamentos, peças e materiais devem ser atendidos no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas corridas**, contadas da hora da abertura, e ser concluídos no prazo máximo de **48 (quarenta e oito) horas**, a partir do atendimento.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO
CENTRAL DE COMPRAS E CONTRATOS

Parágrafo sétimo – Em caso de impossibilidade em solucionar o problema no prazo fixado, a CONTRATADA deve trocar o equipamento defeituoso, a critério da CONTRATANTE, até o término do reparo, por outro item equivalente ou superior, a fim de proporcionar a continuidade da rotina de trabalho dos usuários.

Parágrafo oitavo – É de responsabilidade da CONTRATADA o transporte de todo o equipamento defeituoso que tiver a necessidade de ser deslocado para serviços em laboratório, sendo sua saída das dependências da CONTRATANTE dependente de autorização formal encaminhada pelo GESTOR.

Parágrafo nono – Os componentes, peças ou materiais que substituírem os defeituosos devem ser originais da fabricante, novos, de primeiro uso, e com qualidade e características técnicas idênticas ou superiores aos existentes.

Parágrafo décimo – Efetuado o reparo, a CONTRATADA deve repetir, às suas custas, os testes julgados necessários pela CONTRATANTE para comprovar a perfeição dos reparos executados, e o bom funcionamento dos sistemas.

DA CONFIDENCIALIDADE

CLÁUSULA OITAVA – A CONTRATADA é responsável pela manutenção de sigilo sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e em quaisquer mídias de que venha a ter conhecimento durante os serviços, não podendo, sob qualquer pretexto e forma divulgar, reproduzir ou utilizar.

Parágrafo único – Todos os dados e informações geradas e armazenadas referentes aos atendimentos prestados em decorrência do presente Contrato são de propriedade exclusiva da CONTRATANTE, não podendo a CONTRATADA, em nenhuma hipótese, as utilizar, reproduzir ou divulgar, para qualquer efeito, em benefício próprio ou de terceiros, sem prévia autorização formal.

DO PREÇO

CLÁUSULA NONA – O preço global a ser pago pelo objeto é de R\$ _____, observando-se a planilha de preços do Anexo V, entendido como preço justo e hábil para a completa execução do Contrato.

Parágrafo único – O preço a ser pago pela CONTRATANTE deve englobar todas as despesas relativas e os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, encargos trabalhistas, sociais, seguros, remunerações de mão de obra, despesas fiscais e financeiras, e qualquer outra necessária ao cumprimento do objeto.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO
CENTRAL DE COMPRAS E CONTRATOS

DO PAGAMENTO

CLÁUSULA DÉCIMA – O pagamento deve ser efetuado no prazo de, no máximo, **15 (quinze) dias corridos**, contados da emissão do aceite definitivo do objeto, acompanhado do Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica – DANFE.

Parágrafo primeiro – O gestor instruirá o processo de pagamento com a emissão dos documentos da CONTRATADA, nos referentes sítios da internet:

a) prova de regularidade para com a Fazenda Nacional e a Seguridade Social (Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União – <http://www.receita.fazenda.gov.br/Grupo2/Certidoes.htm>);

b) prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, CNDT – <http://www.tst.jus.br/certidao>);

c) prova de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (Certificado de Regularidade do FGTS – <https://webp.caixa.gov.br/cidadao/Crf/FgeCfSCriteriosPesquisa.asp>);

d) prova de regularidade para com a Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul (Certidão de Situação Fiscal da SEFAZ/RS – <https://www.sefaz.rs.gov.br/sat/CER-PUB-SOL.aspx>).

Parágrafo segundo – A impossibilidade de emissão dos documentos referidos no parágrafo primeiro, quando de responsabilidade da CONTRATADA, importará suspensão do pagamento até a correção do problema que a tenha causado.

Parágrafo terceiro – Os documentos fiscais devem ser emitidos, obrigatoriamente, com o número de inscrição no CNPJ constante neste Contrato, apresentado por ocasião da fase de habilitação no processo de licitação, sendo proibida sua substituição por outro número, mesmo que de filial da CONTRATADA.

Parágrafo quarto – A CONTRATANTE realizará a retenção na fonte dos tributos e contribuições relacionados nas disposições dos órgãos fiscais e fazendários, de acordo com as normas vigentes, sejam federais ou municipais.

Parágrafo quinto – A CONTRATANTE deve aferir a documentação recebida e, no caso de verificar erro ou omissão, ou outra situação que desaconselhe o pagamento, deve devolvê-la, em **5 (cinco) dias úteis**, instruída com os dados sobre o que motivou a sua rejeição, para que a CONTRATADA providencie, no mesmo prazo, as retificações, reabrindo-se prazo para pagamento com a nova apresentação.

Parágrafo sexto – Na hipótese de os equipamentos fornecidos não serem de fabricação nacional, a CONTRATADA deve anexar ao documento fiscal a

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO
CENTRAL DE COMPRAS E CONTRATOS

cópia das guias de importação que comprovem a legalidade de seu ingresso no Brasil, sob pena de retenção do pagamento até a devida apresentação.

DA MORA

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Na hipótese de a CONTRATANTE não realizar o pagamento no prazo definido, o valor da cobrança será acrescido de multa de mora, no percentual de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculado *pro rata die*, limitado ao valor integral do documento fiscal de cobrança.

DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – A vigência do presente Contrato tem início na data da publicação de sua correspondente súmula no Diário Oficial da Assembleia Legislativa, e deve perdurar por **60 (sessenta) meses** do prazo de garantia, iniciando-se esta última contagem a partir do aceite definitivo do objeto.

DA RESCISÃO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – O Contrato será rescindido:

- a) por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nas hipóteses relacionadas nos incisos I a XII e XVII, do artigo 78 da Lei Federal n.º 8.666/1993;
- b) amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo administrativo, e desde que haja conveniência para a CONTRATANTE; ou
- c) judicialmente, em consonância com a legislação correspondente.

Parágrafo primeiro – A rescisão deste Contrato implicará a retenção dos créditos decorrentes, até o limite dos prejuízos ocasionados à CONTRATANTE.

Parágrafo segundo – A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE no caso de rescisão, prevista nos arts. 77 a 80 da Lei n.º 8.666/93.

DAS PENALIDADES E SUA APLICAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente comprovados e reconhecidos como tais pela CONTRATANTE, a inexecução parcial ou total das condições pactuadas neste Contrato, garantida a prévia defesa e o contraditório em regular processo administrativo, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que os atos porventura ensejarem, submeterá a CONTRATADA à aplicação destas penalidades:

- a) advertência, por escrito, sempre que ocorrerem faltas consideradas pela CONTRATANTE como sendo de pequena importância;

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO
CENTRAL DE COMPRAS E CONTRATOS

- b) multa, de acordo com o estabelecido na cláusula décima quinta;
- c) suspensão temporária do direito de licitar e de contratar com a Administração Pública do Rio Grande do Sul, pelo período de até 5 (cinco) anos; e
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou para contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja concedida a reabilitação pela CONTRATANTE, desde que ressarcidos os prejuízos resultantes de sua conduta e após transcorridos 2 (dois) anos da punição.

Parágrafo primeiro – A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais penalidades estabelecidas, e a sua cobrança não isentará a CONTRATADA da obrigação de ressarcir os prejuízos eventualmente ocasionados.

Parágrafo segundo – Quando, no entender da CONTRATANTE, a falta perpetrada justificar a rescisão do Contrato por justa causa, será aplicada à CONTRATADA a multa de 30% (trinta por cento) do valor integral deste Contrato.

Parágrafo terceiro – O desatendimento, pela CONTRATADA, às obrigações convencionadas configura falta no cumprimento do presente Contrato.

Parágrafo quarto – Além de ensejarem a rescisão do Contrato, configuram justa causa para a aplicação da penalidade de suspensão temporária do direito de licitar e de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio Grande do Sul, de acordo com a gravidade da falta perpetrada pela CONTRATADA:

- a) o cometimento reiterado de faltas na execução dos serviços;
- b) o descumprimento às determinações do gestor do presente Contrato para a resolução das faltas verificadas na realização destes serviços;
- c) a paralisação injustificada dos serviços objeto deste Contrato;
- d) a prática de qualquer ato que vise a fraudar ou burlar o cumprimento das obrigações fiscais, sociais ou trabalhistas decorrentes do Contrato;
- e) a utilização de mão de obra de pessoa menor de 18 (dezoito) anos de idade, em infração ao artigo 7.º, inciso XXXIII, da Constituição Federal.

Parágrafo quinto – A pena de declaração de inidoneidade para licitar ou para contratar com a Administração Pública poderá ser aplicada à CONTRATADA na hipótese de descumprir ou cumprir parcialmente o presente Contrato, e desde que deste ato resulte prejuízos à CONTRATANTE.

Parágrafo sexto – As penalidades de suspensão do direito de licitar e de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio Grande do Sul e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública podem ser aplicadas, ainda, à CONTRATADA, caso sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal ou deixar de cumprir as suas obrigações fiscais ou parafiscais.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO
CENTRAL DE COMPRAS E CONTRATOS

Parágrafo sétimo – Exceto na hipótese de fraude na execução do Contrato, as penalidades de suspensão do direito de licitar e de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio Grande do Sul e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública não serão aplicadas enquanto a CONTRATADA não houver sido punida anteriormente com penalidade menos severa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – A CONTRATANTE pode aplicar a sanção de multa à CONTRATADA, consoante as especificações seguintes:

a) multa de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia corrido de atraso, sobre o valor total do Contrato, limitada a 10% (dez por cento), no caso de descumprimento injustificado dos prazos relacionados ao projeto executivo;

b) multa de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia corrido de atraso, sobre o valor total do equipamento não entregue ou não instalado, limitada a 30% (trinta por cento) do valor total do Contrato, no caso de descumprimento injustificado do prazo para a entrega e a instalação (cláusula sexta);

c) multa de 0,1% (zero vírgula um por cento) por dia corrido de atraso, sobre o valor total do Contrato, no caso de descumprimento injustificado do prazo para o início do atendimento, definido na cláusula sétima do presente Contrato;

d) multa de 0,1% (zero vírgula um por cento) por hora de atraso, sobre o valor total do Contrato, no caso de descumprimento injustificado do prazo para reparo ou substituição de equipamento em garantia, definido na cláusula sétima.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – Caracterizada a hipótese ensejadora de aplicação de penalidade, a CONTRATANTE representada pelo gestor, deve notificar a CONTRATADA, abrindo-lhe o prazo de 5 (cinco) dias úteis para oferecer a sua defesa em referência à cominação das penalidades previstas nas alíneas “a”, “b” e “c”, e prazo de 10 (dez) dias úteis para oferecer a sua defesa em relação à cominação da penalidade prevista na alínea “d”, da cláusula décima quarta.

Parágrafo primeiro – Findo o prazo para a defesa previsto no *caput*, os autos do processo seguirão para a Superintendente Administrativa e Financeira da CONTRATANTE, quem decidirá sobre a aplicação da pena, em 5 (cinco) dias úteis.

Parágrafo segundo – A decisão da Superintendente Administrativa e Financeira deve ser avisada, por escrito, pela CONTRATANTE à CONTRATADA, com o lançamento no registro de ocorrências relacionadas com a execução contratual.

Parágrafo terceiro – O montante da multa aplicada será deduzido do pagamento a que a CONTRATADA fizer jus, após a punição, ou pago diretamente à CONTRATANTE, no prazo de 10 (dez) dias úteis da notificação correspondente.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO
CENTRAL DE COMPRAS E CONTRATOS

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – As despesas decorrentes do presente Contrato correm por conta dos recursos financeiros específicos consignados no orçamento da CONTRATANTE, em conformidade com esta classificação orçamentária: Função 01 – LEGISLATIVA, Subfunção 0031 – AÇÃO LEGISLATIVA, Atividade 6351 – APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DA AL, Subtítulo 007 – MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS – INVESTIMENTOS, Elemento 4.4.90.52 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE e Função 01 – LEGISLATIVA, Subfunção 0031 – AÇÃO LEGISLATIVA, Atividade 6351 – APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DA AL, Subtítulo 003 – MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS, Elemento 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.

DO FORO

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – Fica eleito o foro da Comarca de Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul, para dirimir questões oriundas da interpretação do presente Contrato.

E, por estarem assim de acordo, as partes assinam este instrumento.

Porto Alegre, ____ de _____ de 2016.

Fernanda Schnorr Paglioli,
Superintendente Administrativa e Financeira da
Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul.

Representante legal da CONTRATADA.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO
CENTRAL DE COMPRAS E CONTRATOS

ANEXO I

DESCRIÇÃO DO SISTEMA INSTALADO

O sistema de videomonitoramento CFTV *Pelco/Endura*, em uso nas dependências da CONTRATANTE, é composto pelos seguintes componentes:

Quant.	Descrição
76	<i>Câmera Mini Dome IP Fixo day & night 1,3 megapixels, lente varifocal 2,8 a 10mm IM10C10-1;</i>
02	<i>Câmera Mini Dome IP Fixo daynight 1,3 megapixels, lente varifocal 2,8 a 10mm com housing para uso externo IP66 modelo IX10DN + 13M2.8-12 + EH1512MT;</i>
01	<i>Câmera Speed Dome IP 22x de zoom óptico + 10x digital modelo SD4E23-F1;</i>
01	<i>Câmera Speed Dome IP 27x de zoom óptico + 10x digital modelo SD4E27-PG-E1;</i>
01	<i>Sistema de gerenciamento de imagens modelo SM5000;</i>
01	<i>Storage Pelco com 24TB modelo NSM5200-24-US;</i>
03	<i>Software cliente para estação de trabalho modelo WS5200-1;</i>
02	<i>Joysticks para controle de câmeras modelo KBD 5000;</i>
01	<i>Licença de mapa gráfico;</i>
01	<i>Hardware decodificador de vídeo;</i>
02	<i>Switch 48 portas POE Cisco WS-C2960-48PST-L;</i>
01	<i>Switch 8 portas Cisco WS-2960G-8TC-L;</i>
02	<i>Monitor LCD 42";</i>
02	<i>Workstation.</i>

ANEXO II

CARACTERÍSTICAS DO PROJETO DE EXPANSÃO

O projeto de expansão consiste na aquisição e instalação de novos equipamentos para o sistema de videomonitoramento CFTV da CONTRATANTE. Ao parque de 80 (oitenta) câmeras de vigilância em uso, devem-se adicionar outros 23 (vinte e três) equipamentos, que devem substituir antigas câmeras analógicas, além de prover pequena expansão para pontos ainda não monitorados pela equipe de segurança. Deste total, 2 (duas) câmeras devem ser mantidas como reserva técnica. Com referência ao armazenamento de imagens, os atuais 12 (doze) discos de 2TB em uso no equipamento *storage* devem ser substituídos por novos discos de 3TB, homologados pelo fabricante do equipamento. Compõe o objeto do presente projeto:

- a) elaboração de projeto executivo para o monitoramento das áreas e locais contemplados para a instalação das câmeras;
- b) fornecimento do projeto *as-built* de CFTV, em formato digital;
- c) fornecimento de 23 (vinte e três) câmeras IP;
- d) configuração e instalação de 21 (vinte e uma) câmeras IP, abrangendo a infraestrutura física e de cabeamentos necessários;
- e) fornecimento, configuração e instalação de 12 (doze) discos rígidos no equipamento *storage*;
- f) fornecimento de todos os insumos tecnológicos de *hardware*;
- g) fornecimento de equipe técnica necessária à realização de serviços de configuração e *start-up* dos equipamentos de informática e *softwares* necessários ao processamento de imagens coletadas por câmeras de monitoramento;
- h) montagem e funcionamento da solução proposta;
- i) fixação, configuração e ativação das câmeras IP, nos locais pré-definidos no projeto executivo;
- j) configuração do sistema de monitoramento para aprimoramento no registro das imagens, possibilitando otimização na ocupação do *storage*.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO
CENTRAL DE COMPRAS E CONTRATOS**

É permitida a subcontratação dos serviços de infraestrutura física e de cabeamento, necessários para a instalação das 21 (vinte e uma) câmeras IP.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO
CENTRAL DE COMPRAS E CONTRATOS

ANEXO III

LOCAIS ESTIMADOS PARA INSTALAÇÃO DAS NOVAS CÂMERAS IP

A tabela abaixo relaciona os locais estimados para instalação das novas câmeras IP, objeto do presente Contrato, incluindo a substituição dos equipamentos analógicos e a expansão para novos pontos de vigilância. A CONTRATADA é responsável por toda a infraestrutura física e de cabeamento, necessárias ao bom funcionamento de todos os equipamentos, sendo que os pontos de interligação com equipamentos de rede serão os indicados pela CONTRATANTE.

Item	Tipo	Localização
01	C	Calçada do Prédio Anexo: externa (expansão) filmando a fachada do Solar dos Câmara e divisa.
02	A	Estacionamento do Prédio Anexo: externa (substituição analógica) filmando o estacionamento.
03	B	Portaria do Prédio Anexo: interna (expansão) filmando a porta de entrada do estacionamento.
04	B	Subsolo do Prédio Anexo: interna (substituição analógica) filmando a porta de entrada do jardim.
05	A	Subsolo do Prédio Anexo: externa (expansão) acima porta Coordenadoria da Bancada do Partido Rede, filmando corredor até o prédio principal.
06	A	Portaria da Rua Riachuelo: externa (substituição analógica) filmando o estacionamento (já existe câmera no local, ligada por fibra óptica e conversor de mídia, necessário <i>switch</i> ou outra solução).
07	A	Topo da escadaria da Rua Riachuelo: externa (substituição analógica), no corredor para o Palácio Farroupilha, filmando a escadaria abaixo.
08	A	Jardim do Solar dos Câmara: externa (substituição analógica) filmando o jardim, escada e entrada do Solar dos Câmara.
09	A	Jardim do Solar dos Câmara: externa (expansão) filmando a saída de emergência do Palácio Farroupilha.
10	A	Portão externo do Solar dos Câmara: externa (expansão) filmando divisa entre o Solar dos Câmara e o Palácio Farroupilha.
11	A	Portão externo do Solar dos Câmara: externa (substituição analógica) filmando divisa com a Rua Duque de Caxias.
12	C	Cancela de saída do estacionamento do Palácio Farroupilha: PTZ externa (substituição analógica), em poste a ser instalado, piso concreto, LAN disponível

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO
CENTRAL DE COMPRAS E CONTRATOS

		mas apenas 1 cabo UTP já em uso.
13	A	Rampa de acesso ao estacionamento do Palácio Farroupilha: externa (substituição analógica) filmando a rampa de acesso à garagem.
14	D	Teatro Dante Barone: PTZ interna (expansão), lateral do teatro.
15	E	Plenário: 360 graus interna (expansão), presa ao teto do plenário.
16	B	Espaço de Convergência: interna (expansão) filmando a mesa de reuniões.
17	B	Garagem do Palácio Farroupilha: interna (substituição analógica).
18	B	Garagem do Palácio Farroupilha: interna (substituição analógica).
19	B	Interna para substituição de defeituosa
20	B	Interna para substituição de defeituosa.
21	B	Interna para substituição de defeituosa.
22	B	Interna para reserva técnica.
23	B	Interna para reserva técnica.

ANEXO IV

ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DAS CÂMERAS IP

Todas as câmeras IP fornecidas devem ser novas e em linha de produção. A CONTRATANTE não aceitará câmeras descontinuadas pelo fabricante.

TIPO A: CÂMERAS FIXAS EXTERNAS ANTIVANDALISMO

- a) câmera antivandalismo para instalação em ambiente externo (certificada IP66 + IK10) sem o uso de caixas de proteção;
- b) tecnologia “dia e noite” (*day & night*);
- c) integração ao sistema de gerenciamento *Pelco/Endura*;
- d) sensor CMOS com resolução mínima de 1MP;
- e) lente fixa angular de 2,8 mm;
- f) alimentação PoE;
- g) modos de compressão MPEG4 e H.264 (*HighProfile* ou *Baseline*);
- h) suporte aos protocolos de comunicação TCP/IP, UDP/IP (*Multicast* IGMP), UpnP, DNS, RTP, RTSP, NTP, IPV4, IPV6, SNMP, HTTP, HTTPS, SSH, SMTP, FTP;
- i) configuração de endereço de rede via DHCP;
- j) analíticos de movimento e sabotagem;
- k) conformidade com padrões ONVIF S e G;
- l) recurso de compensação de luz de fundo (WDR);
- m) sensibilidade mínima de 0,02 lux com imagem colorida;
- n) suporte a armazenamento local de imagens em cartão SD;
- o) 2 *streams* de vídeo configuráveis, no mínimo.

TIPO B: CÂMERAS INTERNAS

- a) caixa de proteção no formato *microdome*, podendo ser instalada no teto ou diretamente no forro, sem a necessidade de suportes adicionais;
- b) tecnologia “dia e noite” (*day & night*);
- c) integração ao sistema de gerenciamento *Pelco/Endura*;
- d) sensor CMOS com resolução mínima de 1MP;
- e) lente fixa angular de 2,8 mm;
- f) alimentação PoE;
- g) modos de compressão MPEG4 e H.264 (*HighProfile* ou *Baseline*);

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO
CENTRAL DE COMPRAS E CONTRATOS

h) suporte aos protocolos de comunicação TCP/IP, UDP/IP (*Multicast* IGMP), UpnP, DNS, RTP, RTSP, NTP, IPV4, IPV6, SNMP, HTTP, HTTPS, SSH, SMTP, FTP;

i) configuração de endereço de rede via DHCP;

j) analíticos de movimento e sabotagem;

k) conformidade com padrões ONVIF S e G;

l) recurso de compensação de luz de fundo (WDR);

m) sensibilidade mínima de 0,02 lux com imagem colorida;

n) suporte a armazenamento local de imagens em cartão SD;

o) 2 *streams* de vídeo configuráveis, no mínimo.

TIPO C: CÂMERA MÓVEL EXTERNA IP (PTZ) COM ZOOM ÓPTICO 27X OU SUPERIOR

a) tecnologia “dia e noite” (*day & night*);

b) integração ao sistema de gerenciamento *Pelco/Endura*;

c) modular, isto é, composta por um *back box*, um *dome drive* e um *dome* inferior, podendo intercambiar os módulos, simplificando o aperfeiçoamento e os ajustes no aplicativo;

d) caixa de proteção do tipo *Pendant* para uso externo;

e) certificado IP66 para instalação em ambiente externo e acompanhada de suporte para fixação em poste;

f) memória na caixa de proteção, de modo que toda a programação fique armazenada, e na colocação de um novo *dome drive* o mesmo receba um *download* das informações armazenadas previamente;

g) sensor de imagem CCD 1/4” 768(H)x494(V) *Exview* HAD;

h) lente de 3.4 – 91.8 mm ou superior, com *zoom* óptico de 27X ou superior e *zoom* digital de 12X ou superior;

i) foco e íris automáticos;

j) controle de ganho automático com limite ajustável;

k) correção da abertura horizontal e vertical;

l) sensibilidade mínima de 0,7 *lux* no modo colorido e 0,0002 *lux* no modo monocromático a 35IRE;

m) relação de sinal/ruído > 50dB;

n) *pan* de 360° contínuo;

o) velocidade de *tilt* de 200°/segundo;

p) velocidade de *pan* de 360°/segundo;

q) bússola indicativa na tela de posicionamento em graus da localização da câmera;

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO
CENTRAL DE COMPRAS E CONTRATOS

r) programação de, pelo menos, 150 *presets*, utilizando a função *freeze frame* entre os mesmos, de maneira que a imagem “pule”, ou seja, desapareça e reapareça no local novo para evitar acúmulo de banda adicional na movimentação;

s) programação de, no mínimo, 1 ronda configurável;

t) 1 entrada de alarme e 1 saída;

u) 2 *streams* de vídeo configuráveis, no mínimo, gerando 4CIF a 30 *ips* cada um;

v) modos de compressão MPEG4 e H.264 (*HighProfile* ou *Baseline*);

w) suporte aos protocolos de comunicação TCP/IP, UDP/IP (*Multicast* IGMP), UpnP, DNS, DHCP, RTP, RTSP, NTP, IPV4, SNMP, HTTP, HTTPS, SSH, SMTP, FTP.

TIPO D: CÂMERA MÓVEL INTERNA IP (PTZ) COM ZOOM ÓPTICO 22X OU SUPERIOR

a) tecnologia “dia e noite” (*day & night*);

b) integração ao sistema de gerenciamento *Pelco/Endura*;

c) saída de vídeo de rede;

d) sensibilidade mínima de 0,65 *lux* no modo colorido e de 0,15 *lux* no modo monocromático, considerando *shutter* desligado (1/60seg) e 35IRE;

e) memória na caixa de proteção, de modo que toda a programação fique armazenada, e na colocação de um novo *dome drive* o mesmo receba um *download* das informações armazenadas previamente;

f) sensor de imagem CCD 1/4” 768(H)x494(V) *Exview* HAD;

g) lente de 3.6 – 82.8 mm ou superior, com *zoom* óptico de 22X ou superior e *zoom* digital de 10X ou superior;

h) foco e íris automáticos;

i) controle de ganho automático com limite ajustável;

j) relação de sinal/ruído > 50dB;

k) *pan* de 360° contínuo;

l) velocidade de *tilt* de 200°/segundo;

m) velocidade de *pan* de 360°/segundo;

n) programação de, pelo menos, 64 *presets*, utilizando a função *freeze frame* entre os mesmos, de maneira que a imagem “pule”, ou seja, desapareça e reapareça no local novo para evitar acúmulo de banda adicional na movimentação;

o) programação de, no mínimo, 1 ronda configurável;

p) 1 entrada de alarme e 1 saída;

q) função de *Resume After Alarm*, que permite que o *dome* retorne uma posição programável após o reconhecimento do alarme ou à sua posição anterior;

r) 2 *streams* de vídeo configuráveis, no mínimo, gerando 4CIF a 30 *ips* cada um;

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO
CENTRAL DE COMPRAS E CONTRATOS

- s) modos de compressão MPEG4 e H.264 (*HighProfile* ou *Baseline*);
- t) suporte aos protocolos de comunicação TCP/IP, UDP/IP (*Multicast* IGMP), UpnP, DNS, DHCP, RTP, RTSP, NTP, IPV4, SNMP, HTTP, HTTPS, SSH, SMTP, FTP.

TIPO E: PANORÂMICA 360°

- a) visualização panorâmica 360° sem pontos cegos;
- b) visualização de imagens sem distorção, tanto ao vivo como gravadas;
- c) integração ao sistema de gerenciamento *Pelco/Endura*;
- d) saída de vídeo de rede;
- e) alimentação PoE;
- f) sensor de imagem CMOS, CCD ou MOS, com resolução mínima de 5 megapixels;
- g) sensibilidade mínima de 0,2 lux no modo colorido;
- h) modos de compressão MPEG4 e H.264 (*HighProfile* ou *Baseline*);
- i) suporte aos protocolos de comunicação TCP/IP, UDP/IP (*Multicast* IGMP), UpnP, DNS, DHCP, RTP, RTSP, NTP, IPV4, SNMP, HTTP, HTTPS, SSH, SMTP, FTP.

ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DOS DISCOS RÍGIDOS

Todos os discos deverão ser do mesmo fabricante e modelo, novos e em linha de produção, pois não serão aceitos discos descontinuados pelo fabricante.

- a) capacidade de 3 TB;
- b) constar na lista de equipamentos homologados do fabricante (HCL) do *storage* atualmente utilizado – *Pelco* NSM 5200.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO
CENTRAL DE COMPRAS E CONTRATOS

ANEXO V

PLANILHA DE PREÇOS

Item	Descrição	Quantidade	Preço unitário	Preço total
1	Projeto executivo	1	R\$	R\$
2	Projeto <i>as-built</i>	1	R\$	R\$
3	Câmera tipo A	8	R\$	R\$
4	Câmera tipo B	10	R\$	R\$
5	Câmera tipo C	2	R\$	R\$
6	Câmera tipo D	1	R\$	R\$
7	Câmera tipo E	1	R\$	R\$
8	HD 3TB para <i>Pelco</i> NSM 5200	12	R\$	R\$
9	Instalação e configuração das câmeras	21	R\$	R\$
10	Instalação e configuração dos HDs	1	R\$	R\$
PREÇO TOTAL DO CONTRATO R\$				